



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Gabinete do Prefeito
Adm. 2017/2020

LEI Nº 1615, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE MÁSCARAS FACIAIS EM TODOS OS AMBIENTES PÚBLICOS E PRIVADOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO ENQUANTO DURAR O ESTADO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA, EM RAZÃO DO COMBATE À COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica determinada a obrigatoriedade da utilização de máscaras de proteção facial, mesmo que de fabricação artesanal, por toda e qualquer pessoa, em todos os espaços e órgãos públicos, vias públicas, equipamentos de transporte público coletivo, veículos de transporte remunerado privado individual de passageiros por aplicativo ou por meio de táxis, moto-táxis, ônibus, templos religiosos, estabelecimentos de ensino, entidades e estabelecimentos comerciais, industriais, instalações, edificações ou áreas de acesso ao público e de serviços no âmbito do Município de Monte Carmelo, sem prejuízo das recomendações de isolamento social e daquelas expedidas pelas autoridades sanitárias.

§1º Os órgãos, entidades e estabelecimentos descritos no *caput* deste artigo deverão impedir a entrada e a permanência de pessoas que não estiverem utilizando máscara de proteção facial.

§2º Os fabricantes e os distribuidores de máscaras para uso profissional devem garantir, prioritariamente, o suficiente abastecimento da rede de assistência e atenção à saúde e, subsidiariamente, dos profissionais dos demais serviços essenciais.

§3º A obrigatoriedade do uso de máscara, de que trata este artigo, perdurará enquanto vigorar o estado de emergência em saúde pública declarado no Decreto nº 2256, de 17 de março de 2020.

§4º Caberá a Secretaria de Municipal de Planejamento e Comunicação Social a veiculação de campanhas publicitárias de interesse público, com a finalidade esclarecer toda a sociedade sobre a obrigatoriedade do uso das máscaras de proteção, de que trata o *caput* deste artigo, enquanto durar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

§5º Vetado.

§6º Vetado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Gabinete do Prefeito
Adm. 2017/2020

Art. 2º. É obrigatório manter a boca e nariz cobertos por máscaras de proteção individual, para circulação em todos os espaços públicos e privados, descritos no *caput* do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º. Vetado.

Art. 4º Os órgãos, entidades e estabelecimentos em funcionamento durante a pandemia da Covid-19 são obrigados a fornecerem gratuitamente, aos seus funcionários e colaboradores, máscaras de proteção individual, ainda que de fabricação artesanal, sem prejuízos de outros equipamentos de proteção individual estabelecidos pelas normas de segurança e saúde do trabalho, bem como nos demais Decretos Municipais em vigência.

Art. 5º A inobservância ao disposto nesta Lei poderá acarretar a expedição de notificação e a aplicação das penalidades de advertência e multa.

§1º A notificação será expedida ao infrator que agir em desconformidade com os preceitos dessa Lei, o qual ficará obrigado à imediata assinatura de Termo de Compromisso.

§2º A penalidade de advertência será aplicada ao infrator previamente notificado, nos termos do parágrafo primeiro, e àquele que recusar-se a assinar Termo de Compromisso, para fins de utilização de máscaras nos espaços públicos e privados.

§3º A multa será aplicada nos casos de reincidência, quando o infrator já tiver sido notificado e advertido e continuar a infringir as normas previstas nessa Lei.

§4º A multa será de R\$ 100,00 (cem reais).

§5º O valor recebido com multas será revertido em aquisição de máscaras para famílias carentes.

§6º Vetado.

Art. 6º As penalidades administrativas previstas nesta Lei não eximirão o infrator da responsabilização penal contida nos artigos 268 e 330 do Código Penal.

Art. 7º A execução das medidas previstas nessa Lei ficará a cargo da Equipe de Fiscalização composta pelos fiscais das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Fazenda, Saúde e Procon.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 23 de junho de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA

Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA

Procuradora Geral do Município